



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008263-33.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **PAGLIARONI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**  
 Requerido: **PARINTINS EMPREENDIEMTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

PAGLIARONI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Ordinário em face de PARINTINS EMPREENDIEMTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, também qualificada, objetivando a condenação desta ao pagamento do valor de R\$ 17.616,97, atualizado de multa, juros e correção monetária, conforme contrato que junta. Esclarece que o valor do débito é oriundo do contrato de prestação de serviços de engenharia que a requerida pactuou com a requerente, com a emissão de notas fiscais nº 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, e 32.

Relata que a requerida descumpriu o contrato e não pagou as notas fiscais referente à prestação de serviços, inclusive multas como pactuado em contrato, perfazendo, assim, a quantia solicitada. Solicitou, então, a condenação da requerida a lhe pagar o valor que entende devido.

Citada, pessoalmente, com as advertências de praxe, a ré não apresentou contestação.

É o relatório.

**DE C I D O.**

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A revelia faz presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, conforme art. 319, do Código de Processo Civil. A prova da contratação está às fls. 21/30 e as notas fiscais encontram-se a fls. 32/44.

De resto, a requerida foi citada pessoalmente a não ofereceu resposta, de modo que, nos termos do que autoriza o art. 319 do Código de Processo Civil, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial.

A procedência da ação, portanto, é de rigor, cumprindo à requerida pagar o valor devido pelas prestações, que somam R\$ 17.616,97, acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% do mês, a contar da citação.

A ré sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a ré PARINTINS EMPREENDIEMTOS IMOBILIÁRIOS LTDA a pagar à autora PAGLIARONI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA a importância de R\$ 17.616,97

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(dezessete mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% do mês, nas condições acima fixadas, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**